

Sugestões não faltarão aos constituintes

Amparo político jurídico é o que não vai faltar para os constituintes. Uma torrente de idéias e sugestões já estará a sua disposição tão logo iniciem seu trabalho.

Quando o presidente eleito Tancredo Neves imaginou a criação de uma comissão de notáveis para estudar a questão da nova Constituição do Brasil e oferecer elementos aos constituintes que seriam eleitos em 1988, afirmou que eles haveriam de ser alvos de muitas críticas. Tancredo morreu e José Sarney levou a cabo sua idéia convocando 50 membros da maior categoria, pinçados em quase todos os setores representativos da vida nacional, presididos por um constitucionalista de capacidade incontestada e de muitos serviços prestados à causa pública: Afonso Arinos de Mello Franco. Esta comissão, ora chamada de "Os Notáveis", ora de Comissão Afonso Arinos custou aos cofres da nação quase oito milhões de cruzados em um ano de trabalhos concluídos com a apresentação de um volumoso pacote com 468 artigos.

Não foi um esboço de Constituição, mas uma enormidade de idéias e sugestões, das quais se destacam as seguintes:

- A instituição de um sistema parlamentarista de governo.

- A criação do voto distrital misto para os deputados federais. Por esse sistema, parte dos deputados seriam eleitos por votos saídos apenas das suas regiões, ou distritos, e outra parte seria indicada diretamente pelos Partidos.

- A nomeação pela Câmara dos Deputados de um "defensor do povo" com poderes para proteger pessoas atingidas por atos abusivos de autoridades. O defensor do povo poderia acionar mecanismos legais e administrativos para punir autoridades que desrespeitem os direitos fundamentais de qualquer cidadão.

- A descentralização tributária, que daria aos municípios mais dinheiro do que recebem agora.

- Uma reforma profunda no Judiciário, que o alteraria de alto a baixo, com o aumento do raio de ação dos tribunais, criação de novas cortes e descentralização da Justiça Federal.

- Um alargamento da ação do Estado na Economia.

- A restrição ao capital estrangeiro, com a aplicação de normas que facilitarão a nacionalização das empresas.

Segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe, um dos cinquenta da Comissão Arinos, o presidencialismo revelou-se inconveniente no Brasil. Jaguaribe afirmou que os presidentes mudancistas, como Getúlio Vargas e João Goulart terminaram desestabilizados, enquanto os presidentes do ciclo militar foram socialmente reacionários. Sua sugestão é a de confiar a Chefia de Estado a um presidente eleito pelo povo, forte, competente e capaz de garantir a estabilidade constitucional, enquanto que a direção da alta administração seria entregue ao chefe do Conselho de Ministros, escolhido entre pessoas da confiança do presidente e aprovado pela Câmara dos Deputados.

Essa idéia, entretanto, poderá encontrar resistência entre os novos constituintes, por ser um regime que funciona bem na França, país de instituições estáveis.

Já a questão dos direitos humanos, quase todos os seus pontos foram elaborados por outro notável, o pensador católico Cândido Mendes, autoridade na teoria e na prática, pois no auge da tortura do AI-5, atuava incansavelmente defendendo vítimas e salvando suas vidas. Ele é o autor da inclusão no esboço Constitucional da figura do "Defensor do Povo" instituição atuante em países como a Espanha e a Suécia.

COMO DEVE SER

Saulo Ramos

Segundo Saulo Ramos, o Consultor Geral da República, "não se pode desprezar um pouco do difícil exercício de futurologia, compromisso que toda Constituição deve assumir.

Já o Ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, acha que a Constituição não deve ser uma "panacéia que vai resolver todos os problemas do país".